



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 26/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva -----

INÍCIO

Quando eram quinze horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

O Director do Departamento de Administração Geral, Dr. Paulo Dias Jorge, interveio, proferindo umas breves palavras: -*“Esta minha intervenção parte do pressuposto de que esta poderá ser a última reunião de Câmara em que eu estarei nestas funções.* -----

Assim sendo, era imperioso que eu aproveitasse a oportunidade para agradecer a todos os executivos com quem trabalhei ao longo destes 8 anos, pela confiança que em mim foi depositada e pelo quanto acreditaram que eu era capaz de fazer. Gostaria de dizer-vos, também, que o meu empenho, motivação, e trabalho tiveram sempre como lema, a eficácia e a eficiência dos serviços, visando como é óbvio uma melhor atenção em relação ao serviço prestado aos cidadãos. -----

Penso sinceramente, sem falsas modéstias, que não é o meu género, que

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

apesar dos erros ou das omissões, que naturalmente possa ter cometido, mas que ainda assim, terei contribuído seguramente, para dignificar o trabalho desta Câmara Municipal, e a sua imagem no exterior, até mesmo fora de portas, face às muitas funções colaterais que desempenhei como dirigente de associações de técnicos municipais, a nível nacional e europeu. -----

Penso também poder afirmar que foi sempre apanágio meu, criar as melhores relações interpessoais nesta casa, e lutar também pelos clientes internos, que são todos os trabalhadores e obviamente todos os autarcas com quem tive o privilégio de trabalhar, fossem eles da Câmara Municipal, fossem da Assembleia Municipal. -----

Portanto, não tenho muito mais para vos dizer. Apenas que 8 anos é muito tempo! Tenho 50 anos e portanto é quase 1/6 da minha vida e, como em tudo o que faço, apesar dos erros e omissões, trabalho com empenho, com motivação e comoção e vivo cada lugar onde estou em cada momento, porque senão não sei lá estar. Naturalmente que estes 8 anos e tal, ficarão indelevelmente como uma marca muito importante na história da minha vida. -----

A todos votos de Boas Festas, que consigamos ter um ano de 2011 o melhor possível e mais uma vez muito obrigado por tudo aquilo que me permitiram concretizar e, ser realmente uma pessoa feliz.” -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: um milhão, cento e vinte mil, novecentos e oitenta e dois euros e oitenta e quatro cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: cento e oitenta e nove mil, duzentos e trinta e seis euros e doze cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico, da Divisão de Obras Particulares, bem como da Secção de Contabilidade – neste último caso referente à vigésima quinta Alteração/Modificação ao Orçamento 2010 – Despesa e à vigésima terceira Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2010 – Plano Plurianual de Investimentos, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. -----

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca da presente alteração orçamental. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADORA, DR.^a ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS DE FIGUEIREDO E SILVA. -----

A Vereadora, Dr.^a Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, interveio, referindo que a Universidade Sénior tem sido um projecto muito relevante, que teve grande adesão por parte da população. A Vereadora, questionou, também, quando é que estariam prontas as novas instalações, uma vez que as actuais teriam que ser entregues até final do mês, apelou, ainda, a uma nova dinamização do projecto da Universidade Sénior. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, continuando no uso da palavra, referiu-se ao alarmismo a nível nacional provocado pela crise, dizendo que cada vez mais existem pessoas no concelho com dificuldades provocadas pelo desemprego. Disse, também, que deveria ser feito um acompanhamento às situações existentes. Sugeriu, ainda, que fosse feito um apoio suplementar às Instituições vocacionadas para apoiar as populações, dando como exemplo a Conferência de S. Vicente de Paulo, pois as mesmas “vivem” do apoio prestado pela sociedade civil. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, fez ainda uma referência à intervenção do Dr. Paulo Dias Jorge, nomeadamente, ao facto de ser a sua última reunião de Câmara, questionando-o igualmente, se iria exercer funções numa outra unidade orgânica ou se deixaria a Câmara Municipal. -----

Continuando no uso da palavra, a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva proferiu algumas palavras sobre o Director de Departamento, Dr. Paulo Dias Jorge que a seguir se transcrevem: -*“Como sabemos, estive só 4 anos em funções no mandato anterior e devo dizer que os políticos e os autarcas vêem cheios de boa vontade e por vezes a boa vontade que nós temos não se coaduna com os contornos legais e com as situações, quer técnicas, quer jurídicas, quer orçamentais e que por vezes não somos nós que as dominamos, são os técnicos que as dominam. Eu dizia muitas vezes aos meus colegas que era muito importante, haver “um Dr. Paulo”....., Era muitas vezes o Dr. Paulo que escrevia as informações ou emitia pareceres, embora não fossem da sua área, mas eu pedia-lhe sempre opinião.* -----

É evidente que também o Dr. Paulo disse que tinha erros e omissões e poderá ter alguns, mas eu ficava mais descansada quando trazia um processo que tinha sido visto por ele, ou alguma informação, estava sempre mais tranquila. Eu gosto de uma pessoa que me diga “isso não pode ser feito assim”. Não gosto que me façam um parecer e que me digam “que pode fazer”, quando é duvidoso; se o é, eu quero saber e quero assumir a responsabilidade de poder aprovar algo, ainda que consciente de que possam haver dúvidas. Neste sentido queria reforçar que me parece bastante importante o papel que o Dr. Paulo desenvolveu nesta Câmara. Não obstante, a competência técnica dos restantes técnicos autárquicos, mas com o Dr. Paulo, conhecendo os processos e visando, com a sua sustentada opinião, os documentos que nós aprovávamos, eu ficava sempre mais descansada. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, mostrando a sua surpresa pela comunicação do Director de Departamento, Dr. Paulo Dias

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Jorge, tendo proferido também algumas palavras sobre o mesmo: - *“Devo dizer que recebi esta informação com alguma tristeza, porque doravante na sequência daquilo que me foi dito, vai-nos faltar o conforto da sua competência e da sua mestria.* -----

Reforço tudo aquilo que a Dra. Cristina disse e disse muito bem já que de facto numa situação muitas vezes de fronteira, de entre o legal e o ilegal, já que de facto aos Autarcas que têm essa ousadia de querer fazer as coisas, era muito importante ouvir o Dr. Paulo Dias Jorge, porque sabíamos que a sua opinião era uma opinião competente, era uma opinião de lealdade, era uma opinião que compreendendo o intuito e o instinto dos autarcas, os acautelava e os defendia de situações futuras, tanto a eles próprios como à Câmara Municipal.

Dr. Paulo, quero agradecer-lhe, em nome pessoal, todo o apoio que me deu enquanto Vereador e no breve trecho que tive como Presidente da Câmara, designadamente, a lealdade e a dedicação que teve para comigo. -----

Queria agradecer-lhe também a forma como soube motivar os seus colaboradores, os outros funcionários, os outros Directores de Departamento, os outros Chefes de Divisão, enfim fazendo dos funcionários da Câmara Municipal de Rio Maior uma família, com quem tive o privilégio de trabalhar. ---

Recordo que cheguei a ser convidado para reuniões de trabalho que se faziam sobre a sua orientação e que eram extremamente importantes. Eu nem era funcionário, mas sempre tive da vossa parte essa solidariedade e essa compreensão ao ser admitido nesse grupo de trabalho, onde se reflectia muito do que era a estratégia da CMRM, dos serviços administrativos; ou seja o que os serviços tinham de responder aos autarcas, o que lhes competia em termos de tornar a vida dos autarcas mais fácil e a vida das populações também. -----

Sr. Dr., muito obrigado por essa colaboração. -----

Desejo-lhe sinceramente que não desista de ser feliz. -----

Continue a ser feliz! -----

Obrigado por tudo.” -----

Continuando a sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu-se aos projectos do Município, nomeadamente ao da “Passagem de Ano”, dizendo que é legítimo, mas gostaria mais de ver o Município a colaborar com as instituições do concelho que prestam ajuda às famílias carenciadas,

nomeadamente, em géneros alimentares. -----

Terminou a sua intervenção, desejando a todos os riomaiorenses, funcionários e a todos os colegas, um santo e feliz Natal e que o ano de 2011 corresponda aos desejos e anseios de todos. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, referindo-se também à intervenção do Director de Departamento, Dr. Paulo Dias Jorge, tendo proferido algumas palavras sobre o mesmo: - *“Manifesto a minha surpresa pela declaração do Dr. Paulo Dias Jorge, no início da reunião. Como sabem, e quem não sabe passa a saber: “ O Dr. Paulo Dias Jorge está aqui a trabalhar há 8 anos, porque um dia alguém me disse, quando eu andava a procurar uma pessoa que tivesse conhecimentos, capacidade e sentido de responsabilidade, para substituir o Dr. Bernardo Santos e pelo caudal de problemas que nós íamos sentindo no dia-a-dia da Câmara, precisava de alguém competente para vir desempenhar essas funções. E em boa hora o Sr. Vieira Dias me indicou, num congresso da Associação Nacional de Municípios em Lisboa, que havia uma pessoa que talvez estivesse disponível para vir para Rio Maior que era extremamente competente, que era o Dr. Paulo que estava na época na Câmara de Mafra. Falei, então com o Dr. Paulo Dias Jorge. ----- Quero dizer o seguinte: “ Fui Presidente de Câmara os anos que fui. Tive o privilégio de trabalhar com muita gente, gente dedicada e competente, mas o Dr. Paulo Dias Jorge foi para além de tudo isso, como a Dra. Cristina e o Dr. Carlos Nazaré já o reafirmaram, foi para mim um “Seguro de Vida Autárquica”. Aventurámo-nos, eu e todo o Executivo com a sua chancela, com o seu sentido de responsabilidade, chegando a dizer-nos o que estava bem e o que estava menos bem, o que devíamos alterar para de facto estar bem. ----- Não vou repetir o que já foi dito anteriormente. Era para mim motivo de satisfação quando falava com outros colegas Presidentes de Câmara e se falava nas funções que o Dr. Exercia; muitos me diziam como era bom ter uma pessoa como o Dr. Paulo Dias Jorge. ----- Dr. Paulo, o senhor não foi só Director de departamento da Câmara Municipal*

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

de Rio Maior, não foi só competente, não foi só responsável. O Sr. teve uma coisa que a mim me sensibiliza imenso, dignificou a minha terra, dignificou Rio Maior, estando aqui com a sua competência que extravasa os limites do próprio Concelho, como o Senhor muito bem sabe. -----

Pelas acções de formação que ministra, pela credibilidade que o Sr. tem mesmo junto dos organismos governamentais, nomeadamente a Secretaria de Estado da Administração Local, quando eu como membro do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios, tinha que representar, juntamente com outros colegas Presidentes de Câmara a Associação, nas reuniões que tínhamos na Secretaria de Estado da Administração Local com os seus responsáveis e que muitas vezes me diziam que Rio Maior não tinha problemas por poderem lá contar com a colaboração do Dr. Paulo Dias Jorge. E o Sr. estava muito além do exercício diário, das competências de circunstância, já que dignificava a minha terra e como qualquer riomaiorense ficamos muito satisfeitos e vaidosos, quando alguém representa Rio Maior como o Sr. Doutor representava. -----

Não sei o dia de amanhã. Vamo-nos encontrar muitas vezes e que a nossa recordação seja sempre esta: de lealdade, de frontalidade e que o Sr. se sinta também responsável pelo êxitos e não pelos inêxitos que eu tive enquanto Presidente de Câmara e quando Sr. exerceu essas funções. Espero que a Câmara não o deixe sair e que o saiba aproveitar e que para aligeirar o ambiente, o ano de 2010 foi terrível para mim, até o meu Sporting deixou sair os melhores jogadores que tinha, espero que a minha Câmara não deixe sair os melhores trabalhadores que tem. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, terminou a sua intervenção, referindo-se ao protocolo assinado entre a Depomor, a Câmara Municipal e um grupo espanhol, que aparece publicitado na comunicação social, dizendo que gostaria de ter conhecimento do mesmo. -----

VEREADORA, DR.ª SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO -----

A Vereadora, Dr.ª Sara Maria Carapito Silva Fragoso, interveio e em resposta à Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, no que respeita à Universidade Sénior,

disse concordar com as palavras da mesma, informando que a mudança para as novas instalações começou na segunda-feira passada. Aludiu ainda ao antigo espaço onde a escola funcionava, dizendo ter sido o possível, mas que no futuro com as novas instalações os seniores irão ter uma nova motivação para aprender. Disse também ser intenção da Câmara continuar a dar todo o apoio à Universidade Sénior. Referiu-se ainda à existência de uma grande lista de espera, pois anteriormente não se poderiam constituir mais turmas devido à falta de espaço que existia. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, no que respeita aos aspectos sociais referiu que a Câmara não estará só ocupada a pensar no evento da “Passagem de Ano”, mas que estaria preocupada também com a situação social do concelho. Informou que o Município efectuara várias reuniões, não só com os parceiros sociais, mas com todos aqueles que se encontram mais directamente envolvidos com as pessoas, com o objectivo de constituir um modelo de atendimento que agilize a ajuda prestada às populações e que as várias entidades e parceiros possam estar mais articulados entre si, de modo a rentabilizar os recursos e ir de encontro ao interesse das pessoas. -----
Concluiu a sua intervenção, manifestando mais uma vez a preocupação do Município em fazer chegar a ajuda a toda a população carenciada do concelho de Rio Maior. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia interveio, informando que tivera uma reunião em Lisboa com a Direcção da Lusitânia Gás, sobre o posto de atendimento em Rio Maior, sendo previsível que o mesmo entre em funcionamento em Janeiro de 2011, possivelmente, duas vezes por semana e que no futuro, aquando da abertura da Loja do Cidadão, a empresa ocupe um dos espaços disponíveis para atendimento, dizendo ser essa, actualmente, a política da Lusitânia Gás. -----

Aludiu também que nessa reunião agendou uma visita a Rio Maior, previsivelmente, na primeira quinzena de Janeiro de 2011, tendo em conta a reabilitação da Rua Nova do Outeiro e da Rua do Arraial, inseridas no projecto

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

da Regeneração Urbana da Cidade, para que seja a empresa a suportar os custos de instalação das condutas de gás natural, que no futuro irão servir aquela zona da cidade. -----

No que respeita, ao assunto das Águas do Oeste, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que toda a documentação já fora enviada, face à possibilidade de revisão do acordo assinado anteriormente, tendo em conta que o Município de Rio Maior se encontra com consumos abaixo do que fora previsto inicialmente.

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, terminou, fazendo referência à intervenção do Director de Departamento, Dr. Paulo Dias Jorge, tendo igualmente proferido algumas palavras: -*“Tal como o Dr. Silvino e o Dr. Carlos Nazaré referiram e tendo passado por aqui outros Directores de Departamento, o Sr. Inverno, o Dr. Carlos Bernardo, o Dr. Paulo Dias e felizmente tive oportunidade de trabalhar com os três, embora com o último fosse somente um ano, concordo que de facto o Dr. Paulo Dias em termos comparativos, a nível de competência e capacidade técnica, é uma pessoa acima da média, reconhecendo que efectivamente, durante o último ano deu um grande contributo para que houvesse bastante conforto por parte dos Autarcas. O futuro a Deus pertence e que independentemente daquilo que venha a acontecer, eu pessoalmente desejo ao Dr. Paulo Dias que tudo lhe corra bem e que tenha muitos êxitos na sua vida profissional, familiar e muita saúde.* -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio e em resposta às questões apresentadas pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, no que respeita à Universidade Sénior e ao Sector de Acção Social, referiu que os mesmos se encontram em fase de mudança, ou seja, a transferirem o material que se encontra afecto às suas actividades. Referiu-se, também, à conclusão das obras das novas instalações.

A Presidente referiu-se também à área social, nomeadamente, às reuniões que se realizaram com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, tendo os mesmos sido questionados sobre dificuldades que pudessem existir nas suas

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

comunidades, por parte das populações, mas que não foram aventadas situações que merecessem relevo. Não obstante, disse existirem algumas dificuldades das populações, no que respeita às deslocações para a cidade, para tratarem dos seus assuntos pessoais. Informou também que estão, no Sector de Acção Social, famílias referenciadas e que as mesmas se encontram a ser apoiadas e encaminhadas para as várias instituições, nomeadamente, para a Conferência de S. Vicente de Paulo. -----

A Presidente lembrou que aquando dos problemas relacionados com as crises, os grupos mais atingidos são as crianças e os idosos devido à sua fragilidade.

A Presidente, no que respeita ao evento da “Passagem de Ano” e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse que a ideia surgiu porque a comunidade riomaiorense o solicitou, dada a impossibilidade de se deslocarem para outros locais face às dificuldades económicas. Aludiu, que a população manifestara a sua vontade em assinalar o período referido. -----

Continuando a sua intervenção, referiu-se também à escolha do local onde irá ser realizado o evento, ou seja, na Praça da Republica, dizendo que outros locais foram também equacionados e que o ano de 2010 seria o “ano zero”. ---

A Presidente informou que as despesas por parte do Município não seriam significativas, dando conta de como estava a ser feita a organização do evento.

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida voltou a intervir, insistindo no facto de se ajudar as instituições do concelho no apoio que as mesmas prestam aos mais carenciados. Invocou ainda o gasto de dinheiros públicos em eventos como o da “Passagem de Ano”, dizendo que em anos anteriores foram dadas ajudas monetárias e também entregues cabazes à Conferência de S. Vicente de Paulo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, reforçou

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

que a Câmara irá organizar o evento da “Passagem de Ano”, tendo em conta a solicitação da população. -----

Disse também em relação à ajuda que fora prestada anteriormente pelo Município, nomeadamente, à Conferência de S. Vicente de Paulo, através da entrega de alguns cabazes e de valores, que o considerava muito importante, dada a sua colaboração e acompanhamento como Coordenadora concelhia na recolha do Banco Alimentar Contra a Fome. -----

A Presidente em relação à questão apresentada pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira, no que respeita ao protocolo assinado entre a Depomor, a Câmara Municipal e um grupo espanhol, leu um dos Jornais locais onde a notícia fora vinculada, dizendo que fora assinado um contrato de promessa compra e venda e não um protocolo. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, perguntando se a Câmara teria algum compromisso no acordo assinado com a Depomor. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse que não existia nenhum compromisso por parte do Município, mas sim, um acompanhamento do projecto aquando da sua entrada na Câmara, comparando o mesmo com outros processos de igual interesse municipal. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, congratulando-se com a continuação da política do anterior Executivo, no que respeita à Área de Localização Industrial, tendo em vista a instalação de mais uma empresa. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

A Presidente voltou a intervir dizendo que a Zona Industrial necessita de requalificação, para que possa ser um cartão-de-visita do concelho e possa proporcionar maior qualidade de vida à população. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

OFICIO CIRCULAR DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – ENVIO DE DOCUMENTOS – MOÇÃO – PORTAGENS NA A23. -----

Foi presente à Câmara um ofício da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, datado de 13 de Dezembro de 2010, sobre envio de documentos – Moção – Portagens na A23. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio a pedido da Presidente, tendo feito a apresentação do assunto em epígrafe. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

FESTA DE NATAL DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR. ----

A Presidente interveio, informando todos os presentes da realização da Festa de Natal dos funcionários da Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio criticando o facto de se realizar somente um lanche e não o tradicional almoço de Natal, como era habitual em anos anteriores. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse que fora uma decisão tomada em consonância com a Associação de Trabalhadores da Câmara e que seria somente o lanche, atendendo às dificuldades económicas existentes. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI
N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

**DESPACHO N.º 59/PRES/2010 – CONSTRUÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA
MUNICIPAL – APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO. -----**

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 59/PRES/2010, datado de 16 de Dezembro de 2010, sobre Construção de Troços da Rede Viária Municipal – Aprovação de Minuta de Contrato. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, pedindo para ver o cabimento da obra no orçamento do ano corrente. -----

O Dr. Jorge Colaço, a pedido da Presidente interveio, dizendo que o mesmo só iria produzir efeitos no próximo ano, salientando que o processo irá ser remetido ao Tribunal de Contas no ano de 2011, com o respectivo cabimento, referindo ainda, ser uma prática decorrente de outros processos anteriores. ----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, insistindo na apresentação do cabimento do processo. -----

O Coordenador da Área Financeira, Dr. Jorge Colaço, voltou a intervir a pedido da Presidente, tendo lido uma alínea do documento onde se encontrava plasmada a razão pela qual o cabimento de verba irá ser considerado no orçamento do Município para 2011 e que posteriormente iria ser enviado ao Tribunal de Contas. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho n.º 59/PRES/2010, exarado em 16 de Dezembro, pela Senhora Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, na sua actual redacção, pelo qual se determinou a aprovação da minuta do contrato relativa à empreitada em apreço. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente porque a informação é de que o cabimento apresentado será aceite pelo Tribunal de Contas.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

DESPACHO N.º 60/PRES/2010 – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NA CIDADE DE RIO MAIOR – ABERTURA DE PROCEDIMENTO. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 60/PRES/2010, datado de 16 de Dezembro de 2010, sobre Conservação e Manutenção de Espaços Verdes na Cidade de Rio Maior – Abertura de Procedimento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho n.º 60/PRES/2010, exarado em 16 de Dezembro, pela Senhora Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, na sua actual redacção, pelo qual se determinou a aprovar a abertura de concurso público para a realização da prestação de serviços em apreço e respectivas peças do procedimento, nos termos propostos na informação supra citada. -----

DESPACHO N.º 61/PRES/2010 – LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE RIO MAIOR - ABERTURA DE PROCEDIMENTO. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 61/PRES/2010, datado de 16 de Dezembro de 2010, sobre Limpeza Urbana na Cidade de Rio Maior – Abertura de Procedimento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o Despacho n.º 61/PRES/2010, exarado em 16 de Dezembro pela Senhora Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do art. 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção, pelo qual se determinou aprovar a abertura de concurso público para a realização da prestação de serviços em apreço e respectivas peças do

procedimento, nos termos propostos na informação supra citada. -----

DESPACHO N.º 62/PRES/2010 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES, ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DO CONCELHO DE RIO MAIOR – APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 62/PRES/2010, datado de 16 de Dezembro de 2010, sobre Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares, Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-Infância do Concelho de Rio Maior – Aprovação do Relatório Final. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho n.º 62/PRES/2010, emitido pela Senhora Presidente da Câmara no dia 16 de Dezembro, ao abrigo do n.º 3 do art. 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na sua actual redacção, pelo qual se determinou aprovar o Relatório Final, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento relativo à prestação de serviços em apreço, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, adjudicar a referida prestação de serviços à empresa Nobreker – Comércio e Serviços, Unipessoal, Lda., no montante de €594.980,10, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO POLIVALENTE COM FUNÇÕES CÍVICAS, LÚDICAS E SOCIAIS – APROVAÇÃO DE ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Vice-Presidente, datado de 09 de Dezembro de 2010, sobre Empreitada de Construção do Espaço Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e Sociais – Aprovação de Erros e Omissões e Prorrogação do Prazo para Apresentação de Propostas. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio questionando o duplo financiamento da obra em epígrafe. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

que fora acordado com a Agência de Modernização Administrativa – AMA, que o futuro espaço da Loja do Cidadão ficará em “OpenSpace” e que será a referida Agência que irá fazer a gestão da área, onde será também instalada futuramente a Casa da Música e o Espaço Polivalente com Funções Cívicas, Lúdicas e Sociais. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira voltou a intervir, dizendo que no seu entendimento não poderão existir duas candidaturas para o mesmo espaço, ou seja, uma do Município e outra por parte da Agência de Modernização Administrativa. -----

A Presidente interveio, dando mais alguns esclarecimentos, nomeadamente, que todo o processo está a ser realizado em articulação com a AMA, com o Gabinete Augusto Mateus & Associados e com o Gabinete de Projectos Especiais do Município, dizendo comungar das preocupações do Vereador, Dr. Silvino Sequeira, esperando que, previsivelmente, em Outubro do ano corrente a Loja do Cidadão possa entrar em funcionamento. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, prestando mais alguns esclarecimentos, tendo em vista as reuniões que aconteceram, nomeadamente com o Dr. Eduardo Feio, dizendo o mesmo que as verbas que iriam ser aplicados pela Agência de Modernização Administrativa, fariam parte do orçamento do Estado e não seriam verbas de fundos comunitários. -----
Aludiu também que o espaço da Loja do Cidadão ficará em “OpenSpace”, como anteriormente a Presidente referira na sua intervenção. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré também interveio, solicitando que lhe fosse dada a confirmação de que não haveria sobreposição de financiamento comunitário, caso contrário ausentava-se da sala de reuniões. -----

A Presidente interveio, insistindo que a garantia que poderia dar era o que fora transmitido pelos técnicos, ou seja, que o processo poderia avançar e que estaria dentro da legalidade. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, solicitando que fosse efectuado um pedido formal à Agência de Modernização Administrativa – AMA, da não existência de qualquer problema com o processo em causa. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo não se opor às perguntas do Vereador, Dr. Silvino Sequeira, admitindo, contudo, que tais factos poderão determinar atrasos e constrangimentos nos compromissos anteriormente assumidos pelo Município. -----

A Técnica, Dra. Anabela Leal, presente na sala de reuniões de Câmara e a pedido da Presidente, interveio, dando os necessários esclarecimentos, realçando o facto, e em resposta às questões apresentadas, das obras em causa serem distintas, ou seja, uma refere-se à construção e a outra à instalação dos serviços da Loja do Cidadão. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, insistindo nas suas dúvidas, ou seja, que o objecto final assenta na candidatura da Loja do Cidadão, alertando novamente para o duplo financiamento. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dando alguns esclarecimentos complementares sobre o assunto em discussão. -----

A Presidente voltou a intervir, referindo que na candidatura apresentada aos fundos comunitários, não é feita referência à Loja do Cidadão, porque a mesma se encontra inserida no Projecto de Regeneração Urbana. -----

Concluiu a sua intervenção, realçando mais uma vez que o projecto em epígrafe encontra-se a ser desenvolvido com o apoio do Gabinete de Projectos Especiais do Município e também do Gabinete Augusto Mateus & Associados.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista ausentaram-se da sala de reuniões de Câmara. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente, ratificar o despacho do

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 9 de Dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou, a prorrogação do prazo para apresentação de propostas por mais treze dias e consequentemente, a publicação do respectivo aviso em Diário da República. -----

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista entraram na sala de reuniões de Câmara. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE – REGENERAÇÃO URBANA DA CIDADE DE RIO MAIOR – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO PERCURSO DA VIA-SACRA OU PASSOS DE RIO MAIOR – ABERTURA DE PROCEDIMENTO. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Vice-Presidente, datado de 17 de Dezembro de 2010, sobre Regeneração Urbana da Cidade de Rio Maior – Empreitada de Requalificação do Espaço Público do Percorso da Via-sacra ou Passos de Rio Maior – Abertura de Procedimento. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho exarado em 17 de Dezembro pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do despacho n.º 121/2009 e do n.º 3 do artigo 68.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou aprovar a abertura de concurso público para a realização da empreitada em apreço e respectivas peças do procedimento, nos termos propostos na informação supra citada. -----

DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE – QREN – POLITICA DE CIDADES PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA DA CIDADE” – AVISO DE ABERTURA PARA A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS DA OPERAÇÃO “GESTÃO E ANIMAÇÃO DE PARCERIA”. -----

Foi presente à Câmara o Despacho do Vice-Presidente, datado de 18 de Dezembro de 2010, sobre QREN-INALENTEJO – Regulamento Especifico “Politica de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana da Cidade” – Aviso de Abertura para a Apresentação de Candidaturas da Operação “Gestão e Animação de Parceria”. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

A Presidente apresentou o assunto e referiu-se à informação que o vogal da Direcção do INA- Alentejo dera, nomeadamente, o prazo para apresentação da candidatura da Regeneração Urbana da Cidade, ou seja, 20 de Dezembro do corrente ano, comunicação recebida aquando da realização do seminário do INA-Alentejo em Rio Maior no passado sábado. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio questionando qual a percentagem de comparticipação aquando da aprovação da candidatura à um ano atrás. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse que a mesma passara de 55% para 80%. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio novamente para referir que o aumento da comparticipação comunitária iria servir de compensação aos cortes do Plano de Estabilidade e Crescimento – PEC apresentado pelo Governo. ----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente relativo à apresentação da candidatura da operação “Gestão e Animação de Parceria”, no âmbito Regulamento Especifico “Politica de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana da Cidade” – Aviso de Abertura para Apresentação de Candidaturas da Operação “Gestão e Animação de Parceria”.

EDUCAÇÃO E CULTURA

REGULAMENTO MUNICIPAL DE BOLSAS DE ESTUDO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO.---

O assunto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia saiu neste momento da sala de reuniões de Câmara. -----

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO CONCELHO DE RIO MAIOR - ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA 2010. -----

Foi presente à Câmara uma informação do Sector de Acção Cultural, datada de 06 de Dezembro de 2010, sobre Associação Cultural do Concelho de Rio Maior

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

- Adenda ao Contrato-Programa 2010. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso interveio a pedido da Presidente, tendo feito a apresentação do assunto. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a Adenda ao Contrato-Programa 2010 estabelecido entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Associação Cultural do Concelho de Rio Maior, que consagrando a alteração da respectiva alínea a) da cláusula 2.^a, que consubstancia um reforço de verba no total de 4.500,00€, de acordo com o referido na informação em apreço. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente porque estamos a prestar um acto de justiça a uma das Associações que mais tem desenvolvido Rio Maior, do ponto de vista cultural.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia entrou neste momento na sala de reuniões de Câmara. -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CARTÃO RIO MAIOR 65. -----

Foi presente à Câmara uma informação do Sector de Intervenção Social, datada de 06 de Dezembro de 2010, sobre Alteração ao Regulamento do Cartão Rio Maior 65. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto. -----

A Câmara deliberou por unanimidade face à informação em apreço, aprovar a versão definitiva da alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso – Cartão Rio Maior 65, nos termos e pelos fundamentos ali propostos e como tal submetida a aprovação da Assembleia Municipal. -----

ÁREA FINANCEIRA

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 1 000 000,00 EUROS, DESTINADO A OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

Foi presente à Câmara uma informação do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento, datada de 15 de Dezembro de 2010, sobre Empréstimo de Curto Prazo, até ao Montante de 1 000 000,00 euros, destinado a ocorrer a Dificuldades de Tesouraria – Prorrogação de Prazo. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto. -----

A Câmara deliberou por unanimidade nos termos das informações e pareceres referidos em epígrafe, aprovar a prorrogação do empréstimo em apreço até 23 de Junho de 2011, com uma taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 2% e reembolso de capital e juros no final do período sendo já liquidados, em 31 de Dezembro de 2010, os juros decorridos até essa data. -----

Mais deliberou submeter este assunto à competente aprovação da Assembleia Municipal. -----

Deliberou ainda, aprovar desde já as cláusulas contratuais da adenda ao contrato inicial de empréstimo, ficando a referida aprovação condicionada à autorização da prorrogação pela Assembleia Municipal. -----

EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE 249.100,00 EUROS, DESTINADO AO FINANCIAMENTO DA “RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS ATINGIDAS PELA INTEMPÉRIES DA MADRUGADA DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009” - APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. -----

Foi presente à Câmara uma informação do Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento, datada de 16 de Dezembro de 2010, sobre Empréstimo de Longo Prazo, até ao Montante de 249.100,00 Euros, destinado ao Financiamento da “Recuperação de Infra-Estruturas atingidas pelas Intempéries da Madrugada e 23 de Dezembro de 2009” - Aprovação das Cláusulas Contratuais. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos das informações e pareceres dos serviços, aprovar as cláusulas contratuais, do contrato de empréstimo designado em epígrafe, remetidas pela Caixa Geral de Depósitos. -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL – 2011. -----

Foram presentes à Câmara as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2011. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo feito a leitura da fundamentação do mesmo. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva interveio, referindo-se ao acréscimo das transferências de capital no valor de 11%, às despesas de capital e à desvalorização de 17,84% no valor dos bens. Questionou, também, se a Câmara entendia que iria conseguir vender os bens para realizar receitas de capital, apesar da desvalorização acentuada dos mesmos e se seria mesmo intenção do Município proceder à alienação.-----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, referindo-se ao privilégio que Rio Maior possui em ter o maior investimento a nível do ensino superior do País, ou seja, a Escola Superior de Desporto, lamentando o facto de a nota introdutória que integra as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal – 2011, que a Presidente lera, não fazer referência à mesma. Aludiu à importância que a Escola Superior de Desporto irá ter para a vida económica e social do concelho de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira questionou ainda se a redução da despesa de pessoal entre os 470.000€ e 480.000€, se confirmava para o ano de 2011. -----

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio, congratulando-se pela apresentação por parte dos serviços do documento em epígrafe, dizendo que o mesmo se encontrava bem elaborado, dando os parabéns a todos os que participaram na elaboração do mesmo. -----

No que respeita ao documento em causa e tendo em conta a situação de crise

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

actual, sendo um Orçamento de contenção, referiu que os munícipes irão compreendê-lo, realçando que a fase que o País atravessa não permite megalomaniias, nem grandes obras. Aludiu que todos os munícipes se encontram preparados para a situação difícil do País e que a Autarquia também terá que efectuar sacrifícios, tendo em conta o respeito exigido à população. ---

A Presidente interveio e em resposta à questão da Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, no que respeita à alienação do Património Municipal, disse que só seria efectuado caso fosse mesmo necessário, ou seja, como último recurso. Referiu ainda que a desvalorização do Património do município se prendia com as actuais condições de mercado e que se situava nos 17%. -----

A Presidente em relação à questão colocada pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira, no que respeita à não referência na nota introdutória do Orçamento, da construção da Escola Superior de Desporto, disse que a obra em questão não era da responsabilidade da Câmara e não queria ser acusada de dar relevância à mesma. Não obstante disse estar bem reflectido no orçamento o compromisso assumido pelo anterior Executivo, da comparticipação no valor de um milhão de euros, para a construção da Escola Superior de Desporto. Referiu ainda que no início da nota introdutória é feita referência a todas as obras que se encontram a ser geridas pelo Município, realçando o facto de não ser intenção da Câmara desvalorizar a importância que a Escola Superior de Desporto de Rio Maior possui para o concelho. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio e em resposta à intervenção da Presidente disse que em seu entender a construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior é da responsabilidade da Câmara, dado o empenho do Executivo anterior e também da comparticipação financeira que irá ser dada por parte do Município. -----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira disse que na sua intervenção quando se referiu à obra da Escola Superior de Desporto como não sendo do Município, queria referir-se à gestão da obra que é feita pelo Instituto Politécnico de Santarém, realçando novamente a importância da mesma para o concelho de Rio Maior. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

A Presidente deu ainda como exemplo a obra do “Ninho” que também não se encontra referida na nota introdutória, porque a mesma também não será da responsabilidade da Câmara, não obstante a importância de tal equipamento para o concelho de Rio Maior e o consequente apoio financeiro. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo ter sido uma opção sua, fazer referência somente às obras a que o Executivo será chamado a pronunciar-se e a tomar decisões. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, reportando-se ao primeiro parágrafo da nota introdutória do documento apresentado, designadamente, quando o mesmo refere “ *que ele acontece numa conjuntura muito difícil*”, dizendo que quem olha para o documento não percebe a conjuntura apresentada, porque numa altura de crise económica do País em que todas as entidades, inclusive o Governo fazem adiamentos e reprogramações de investimentos, o Município de Rio Maior avança com todas as obras e com a falta de receitas financeiras recorrerá à “figura” da venda do Património no valor de cinco milhões de euros, alegando que irá ser difícil de o concretizar. Aludiu que se as obras não forem efectuadas, estavam a ser criadas falsas expectativas nas pessoas e se as mesmas avançassem o Município caminharia para uma situação financeira dificilmente controlável. -----

Na sua intervenção o Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse não acreditar que a Câmara conseguisse vender Património, não obstante a sua importância, atendendo à situação actual que o País atravessa. Disse ainda que não se identificava com o Orçamento apresentado. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que em seu entender deveria haver uma reserva financeira na área social, porque eventualmente poderá ser necessário recorrer à mesma para dar resposta às famílias. Insistiu que seria importante retardar de alguma forma alguns dos investimentos previstos, sem perder de vista as candidaturas já apresentadas, dizendo também que a Câmara de Rio Maior terá toda a legitimidade em efectuar a reprogramação dos investimentos referidos, atendendo à alta taxa de execução dos fundos comunitários. -----

Continuando no uso da palavra o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu-se a alguns aspectos positivos do documento apresentado, tais como, a manutenção das transferências para as freguesias, com intenção de algum

reforço e a manutenção de compromissos anteriormente assumidos, dizendo haver outras questões para as quais não estava de acordo, dando como exemplo as despesas com o pessoal, falando ainda das não renovações de contrato com alguns dos funcionários que se encontram a colaborar com o Município há vários anos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu-se à não inclusão no orçamento da obra de ligação da EN 114 à Auto-Estrada A15, considerando que mais uma vez irá existir um adiamento da mesma e que o Município deveria tomar uma posição junto do Governo, para que o mesmo honrasse o compromisso anteriormente assumido. -----

No que respeita às despesas com o pessoal, referiu-se aos cargos de direcção intermédia de 3.º e 4.º grau, de acordo com a nova estrutura da Câmara Municipal de Rio Maior, considerando os mesmos de legalidade duvidosa, mas que os órgãos competentes na altura devida se iriam pronunciar. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que em relação aos contratos de trabalho que não foram renovados, ou seja, o caso dos assistentes técnicos que se encontravam a assegurar os prolongamentos nas escolas, que a Câmara desencadeara o respectivo procedimento concursal, tendo os mesmos sido ultrapassados por outras pessoas que já possuíam vínculo à Administração Pública. Aludiu ainda ao facto que durante os sete ou oito anos que durara o contrato de trabalho dos referidos trabalhadores nada fora feito para regularizar tais situações. -----

Concluiu a sua intervenção lamentando o facto de os referidos trabalhadores contratados não puderem continuar a colaborar com o Município de Rio Maior.

A Presidente interveio, reforçando as palavras da Vereadora Dra. Sara Fragoso, dizendo que as regras da contratação mudaram, ou seja, quem concorre e possui vínculo à função pública terá prioridade legal sobre quem não tem. Aludiu que tal situação passou a vigorar com o novo regime de vinculação, carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e também com as regras estabelecidas no Plano de Estabilidade e Crescimento. A Presidente disse não querer perder o mandato, por não serem cumpridas as respectivas regras de contratação, referindo-se,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

inclusive à regra de contratação de “dois por um” e afirmou claramente que o Município de Rio Maior não efectuara despedimentos. -----

No que respeita à questão da venda de bens de investimento, disse que no Orçamento do ano de 2009, os mesmos já constavam e que não terão sido vendidos. Concomitantemente, dera alguns exemplos tais como: Zona Industrial – 2ª fase, no valor de 2.100.000,00€, parcela de terreno na Zona Industrial Complementar, no valor de 570.000,00€ e seis lotes de terreno na Pá Ribeira, no valor de 700.000,00€, referindo que a desvalorização do mesmo será aproximadamente de 12%, tendo em vista as condições actuais do mercado. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira no que respeita às despesas com o pessoal, referiu-se ao Mapa de Pessoal que se encontra anexo ao documento apresentado, e à reestruturação dos serviços que fora aprovada pela Câmara e posteriormente pela Assembleia Municipal, salientando que irá haver uma significativa redução de custos com o Pessoal, na perspectiva que durante o ano de 2011 não se irão recrutar novos trabalhadores, salvo raras excepções devidamente justificadas. Informou ainda que o Eng. Jorge Gonçalves já teria pedido a aposentação e que a curto prazo irá ser publicado em Diário da República. -----

No que respeita à venda do Património Municipal, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse ser uma opção dos Municípios. -----

Em relação à obra de ligação da EN 114 à Auto-Estrada A15, que o Vereador, Dr. Carlos Nazaré referiu, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que na última reunião que se realizara com a empresa Estradas de Portugal, fora-lhe dito que não haveria a certeza que o projecto ficasse pronto em 2011 e que o arranque da obra seria somente em 2012, sendo que a referida empresa iria realizar uma recuperação da estrada no período entre Maio e Junho do ano corrente, salientando a preocupação que existe por parte do Município de Rio Maior, no atraso da obra em questão. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo que o anterior Executivo recorrera também à “figura” da venda de Bens de Investimento, no entanto, considera que esta não será a melhor altura para proceder à sua alienação,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

tendo em vista as condições do mercado imobiliário. Insistiu novamente na questão da reprogramação dos investimentos, caso não haja margem financeira para os realizar. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que deveria ficar consignado no Orçamento do Município para 2011, uma verba para a realização da obra de ligação da EN 114 à Auto-Estrada A15, como forma de pressionar a Administração Central para avançar com a obra referida. -----

A Presidente questionou o Vereador, Dr. Carlos Nazaré se em relação à reprogramação dos investimentos, estaria a pensar em algum projecto específico. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo que o ano de 2011, deveria ser o ano dos projectos, dando exemplos. -----

A Presidente voltou a intervir, dizendo que a Câmara terá que cumprir os prazos, respondendo ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré no que se refere à reprogramação dos investimentos. Referiu que em relação à Regeneração Urbana o prazo para apresentar a candidatura terminava em 15 de Dezembro. Aludiu que o Município estaria a fazer a gestão de todos os projectos, tendo em conta os prazos de todas as candidaturas a apresentar, dando exemplos de alguns deles. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio dizendo compreender as posições de todos os intervenientes, mas que apesar das diferentes ideias, o mais importante seria o desenvolvimento do concelho de Rio Maior. Referiu-se ainda às preocupações do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, também disse e utilizando palavras do Vereador, Dr. Silvino Sequeira, que muitas das vezes seria preciso “engenho e arte” para as coisas se realizarem da melhor maneira, para serem ultrapassadas dificuldades. Disse ainda que a Câmara se encontrará disponível, caso não existam condições para avançar com as obras após apresentação das candidaturas, para adiar as mesmas, tentando sempre defender os interesses do concelho de Rio Maior e não desperdiçando fundos comunitários. Aludiu ainda que normalmente a taxa de execução de um

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Orçamento se situa entre os 50 e os 60%. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente e com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e artigos 4º e 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27/02, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal para 2011. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Considero uma omissão grave, não fazer referência na nota introdutória neste documento do Orçamento e Grandes Opções do Plano, ao maior investimento que se faz hoje no País, que tem a haver com o ensino superior. Não é uma vergonha para Rio Maior ter ensino superior, mesmo que seja do desporto, deve ser motivo de orgulho e de satisfação e todos devemos sempre que possível transmitir isso em todos os documentos que orientem a vida da Câmara Municipal, neste caso concreto para 2011. Abstenho-me também porque neste Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011, não há um objectivo, não há um desidrato que leve a um conjunto de estratégias para atingir esse objectivo e a esse desidrato. Não votei a favor porque este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011 é infelizmente uma oportunidade perdida, estão a acabar os fundos comunitários, de liderarmos a nível nacional um processo de reorganização administrativa, ou seja, neste Orçamento fazem-se referências a centros escolares, nomeadamente o n.º 3 que irá levar crianças de outras freguesias, que provocará desertificação em freguesias do concelho de Rio Maior e não houve a capacidade de ir à procura de um conjunto de equipamentos de carácter social que suprissem essa carência que algumas freguesias vão passar a ter com a deslocação das crianças para esse Centro Escolar, criando portanto um vazio, não aproveitando outro tipo de sinergias e com certeza que um plano como este de reorganização administrativa e se discute no País da necessidade de eliminação de Freguesias, com certeza seria um bom contributo aproveitando a última fatia de fundos comunitários e Rio Maior liderando e recuperando uma condição do passado de ser líder de alguma coisa e fomos líderes de muitas coisas e perde-se essa oportunidade de sermos líderes na reorganização administrativa que o País tanto necessita. Também não posso votar a favor quando um orçamento aponta para diminuição de despesas com pessoal, vai objectivamente aumentar o desemprego no concelho de Rio Maior e nós temos autoridade moral para

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

falarmos disto, porque em 2008, conseguimos fazer com os organismos oficiais contratos para dar ocupação a pessoas que se encontravam no desemprego num momento de crise que o País efectivamente vive, uma Câmara contribuir para a redução de despesas de pessoal, não um factor para diminuir a crise do sector social que uma Autarquia deve ter, mas sim agravá-la. Também quando se fala no apoio ao associativismo desportivo para o Orçamento para 2011, quando a Câmara não tem uma única estrutura referente ao desporto e como é que irão ser controladas as despesas e os contratos programa que vão ser feitos com o movimento desportivo, será com pessoas de outras secções? Deixo esta interrogação. Também não posso votar a favor um plano que ignora e tem a favor a contratualização da primeira elencagem de projectos ainda enviados no tempo do Dr. Carlos Nazaré e que depois fora reafirmada quando eu voltei à Câmara: estacionamento para pesados, existem projectos e fora feita uma candidatura para resolver um problema da cidade, o pavilhão de Alcobertas que fora assumido com a antiga Junta que estava em exercício de funções, não está plasmado no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011. Só não voto contra, porque mais de 90% do investimento vem de Executivos anteriores e gostava de um dia vir a esta Câmara e ouvir da parte da maioria a sua iniciativa que conseguiu obter fundos para vários projectos, tenho esperança que até ao fim do mandato venha a ter esse privilégio e sorte, para que não sejam só meros herdeiros de herança. Penso que um Orçamento e Grandes Opções do Plano não podem ser só uma elencagem de intenções e saber quanto dinheiro é preciso, isso seria um corpo sem alma, porque entendo que este Orçamento e Grandes Opções do Plano não têm alma e por isso me absteve na votação.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Abstive-me porque este Orçamento não reflecte uma estratégia de intervenção social para o ano difícil que se avizinha de 2011, que será penoso para os riomaiorenses.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente este Orçamento, porque o considerei sério, honesto, transparente e responsável.” -----

Todos os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente subscreveram a presente declaração de voto. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011, consciente que e como disse anteriormente, que um “Orçamento é um Orçamento”, um “Plano é um Plano” e dentro do possível é objectivo da maioria cumprir o Orçamento, porque ainda bem que o Dr. Silvino falou e foi uma boa herança que nos deixou a nível das candidaturas ao QREN e aos Fundos Comunitários. Considero ser importante manter a dinâmica, fazer com que as obras efectivamente se realizem, ou seja, passem da fase de candidatura à de obra e contrariamente ao pessimismo que neste momento corre pelo País, penso que Rio Maior em termos comparativos com outros Concelhos, felizmente para nós e infelizmente para os outros, entrámos numa situação social que embora grave, comparativamente com outros, não será tão complicada. A Câmara, caso seja necessário apoiar em força os problemas sociais, estará preparada e disponível para o fazer.” -----

Todos os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente subscreveram a presente declaração de voto. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, proferiu ainda um agradecimento a todos os trabalhadores envolvidos na elaboração dos instrumentos previsionais em apreço, o que mereceu concordância por todos os Vereadores e da Presidente. -----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 900.000,00 € - 2011. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Financeira, datada de 17 de Dezembro de 2010, sobre Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 900.000,00€ - 2011. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, dando os necessários esclarecimentos, nomeadamente, que a contracção do referido empréstimo

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

será somente efectuada, após a amortização do empréstimo de um milhão de euros. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo que o empréstimo a curto prazo em causa não se justificaria, de momento, tanto mais que existe a prorrogação do anterior de 2010. -----

Concluiu dizendo que do ponto de vista prático, a Câmara no imediato, não ganhará muito com a proposta em epígrafe. -----

O Coordenador da Área Financeira, Dr. Jorge Colaço interveio a pedido da Presidente, dando os necessários esclarecimentos, invocando a Lei das Finanças Locais, para a apresentação da proposta em epígrafe, não obstante a Câmara contrair ou não o empréstimo em análise. -----

A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a proposta de contracção de empréstimos a curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria até ao montante de 900.000,00 €, para o ano de 2011, e nos termos do n.º 7 do artigo 38º da Lei 15/2007 de 15 de Janeiro, solicitar à Assembleia Municipal a respectiva autorização. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Congratulo-me, porque mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, com excepção do Vereador, Dr. Carlos Frazão, o resto da Coligação PSD/CDS-PP em muitas Assembleias Municipais criticaram anteriores Executivos pelos empréstimos que iam contrair e portanto é com agrado que voto aquilo que era criticado no passado, porque hoje se recorre ao mesmo que nós recoríamos.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente a contratação deste empréstimo, porque entendo que o Município deve estar confortado com os meios financeiros necessários que a lei lhe permite. No entanto penso que poderia ir a outra Assembleia Municipal, uma vez que na mesma

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

sessão será presente a prorrogação de prazo do empréstimo de um milhão de euros, actualmente em vigor e será pago até 30 de Junho.” -----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E FINANCIAMENTO COM O INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM. -----

Foi presente à Câmara a proposta n.º 7/PRES/2010 da Presidente da Câmara datada de 17 de Dezembro, sobre Protocolo de Cooperação e Financiamento com o Instituto Politécnico de Santarém. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, dando os necessários esclarecimentos. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio dizendo ter autorização do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém – Dr. Jorge Justino para questionar se estariam disponíveis para retirar a cláusula quarta do protocolo em apreço, nomeadamente, no que respeita ao ponto n.º 2. Aludiu que aquando da leitura do documento em apreço, tivera o cuidado de entrar em contacto com o Dr. Jorge Justino e que da conversa tida, considerava difícil o cumprimento do protocolo por parte do Instituto Politécnico, ou seja, assinar o documento em epígrafe. Disse também ter conhecimento de que a partir de determinados valores, os mesmos terão que possuir visto do Tribunal de Contas, referindo-se mais uma vez ao ponto n.º 2 da cláusula quarta, mas que, desconhecia a obrigatoriedade de tal referência. O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, disse, que o documento presente a reunião de Câmara teria de ter a concordância do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém. Reforçou, ainda, a autorização que o Presidente do referido Instituto Politécnico lhe dera para falar sobre a questão em epígrafe. -----

A Presidente interveio, questionando o Vereador, Dr. Silvino Sequeira sobre quando teria sido a sua conversa com o Dr. Jorge Justino. Referiu-se ao e-mail trocado com o Instituto Politécnico, e informou que o assunto estava a ser tratado com o Administrador do referido Instituto, Dr. Pedro Carvalho. De seguida, procedeu à leitura do referido e-mail. -----

Continuando no uso da palavra, a Presidente referiu-se à exigência legal do

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

envio do Protocolo para o Tribunal de Contas, contendo a cláusula mencionada. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente, insistindo na dúvida do Protocolo em apreço ter mencionado na sua cláusula quarta, o ponto n.º 2, dando como exemplo outras obras que também se encontram sujeitas a visto do Tribunal de Contas, considerando tal menção, uma redundância. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo que em seu entender deverá o Município honrar os compromissos assumidos e nesse sentido deverá levar a bom termo a execução do contrato em epígrafe. Aludiu ao termo por si usado, ou seja, a figura do contrato, dizendo não gostar do termo “protocolo”, porque as instituições fazem contratos e os mesmos serão regulados pelo Código Civil. Disse não colocar em causa, que face aos valores envolvidos, os mesmos tenham de ser presentes ao Tribunal de Contas e tenham a devida cabimentação. -----

Concluiu a sua intervenção, referindo que a Câmara deverá acertar definitivamente com o Instituto Politécnico, na pessoa do Dr. Jorge Justino, os termos do contrato. -----

A Presidente interveio, referindo não ser jurista e que o Protocolo teria sempre que ser elaborado pelos serviços e ser presente ao Instituto Politécnico na pessoa do Dr. Jorge Justino, dizendo ter sido o que acontecera. Aludiu que o representante do Instituto Politécnico dissera que o Protocolo deveria ser enviado ao Dr. Pedro Carvalho. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo ter alguma dificuldade em perceber, não colocando em causa as palavras do Vereador, Dr. Silvino Sequeira, como é que o Dr. Pedro Carvalho responsável pela parte administrativa do Instituto Politécnico envia o e-mail, no dia 20 de Dezembro, e agora o Dr. Jorge Justino estava a colocar em causa o Protocolo, quando o mesmo estava em condições de ser aprovado. -----

Concluiu, reforçando a sua dúvida em perceber a situação de não concordância por parte do Dr. Jorge Justino. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, interveio enaltecendo a atitude do Município de Rio Maior em cumprir uma posição anteriormente assumida. Questionou se a figura do Protocolo seria a mais correcta para regular a relação entre as duas entidades. -----

A Vereadora, também perguntou se a atribuição de um subsídio ao Instituto Politécnico, seria o mais correcto, se não configuraria financiamento à Administração Central. -----

Concluiu interrogando se a pessoa que iria assinar por parte do Instituto Politécnico era o Dr. Jorge Justino, e se o Tribunal de Contas não visasse o referido documento, tendo em conta o n.º 2 da cláusula quarta, qual seria a alternativa, um vez que a transferência da verba iria ser feita em Janeiro de 2011. -----

O Director do Departamento de Administração Geral, Dr. Paulo Dias Jorge interveio a pedido da Presidente, dizendo não conhecer o Protocolo, não obstante, dera os seus esclarecimentos técnico-jurídicos. -----

A Presidente voltou a intervir, dizendo que as questões do Protocolo foram discutidas anteriormente com o Dr. Jorge Justino, tendo ficado acordado que seria o Dr. Pedro Carvalho a tratar do assunto. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, questionando quais as consequências para o Município da retirada do ponto n.º 2 da cláusula quarta do Protocolo em apreço. -----

O Coordenador da Área Financeira, Dr. Jorge Colaço interveio a pedido da Presidente, dizendo não poder responder, porque o Protocolo fora elaborado pela Assessoria Jurídica da Câmara.-----

A Presidente interveio, reportando-se à questão apresentada pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva interveio, insistindo na questão, se a

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

atribuição de um subsídio ao Instituto Politécnico, não configuraria financiamento à Administração Central, dizendo que os serviços Jurídicos deveriam averiguar a matéria em causa. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio novamente, explicando os pressupostos do compromisso assumido anteriormente para com a construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dando mais alguns esclarecimentos acerca do assunto em epígrafe, nomeadamente, como o processo deveria avançar. -----

O assunto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

PROTOCOLO DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) – REFORÇO DE VERBA PARA O MÊS DE JANEIRO DE 2011. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Divisão de Obras Municipais, datada de 06 de Dezembro de 2010, sobre Protocolo da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) – Reforço de Verba para o Mês de Janeiro de 2011. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o reforço do cabimento para pagamento à Equipa de Intervenção Permanente. -----

ÁGUAS E SANEAMENTO

REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Secção de Águas e Saneamento, datada de 20 de Dezembro de 2010, sobre Regulamento Municipal do Serviço de Distribuição de Água do Município de Rio Maior. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo lido a minuta de deliberação. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva interveio referindo-se aos escalões dos empresários e reportando-se à sua intervenção na reunião a que o Regulamento fora presente antes da discussão pública, congratulando-se com a alteração do projecto e referindo-se também às sugestões da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, realçando o esforço que a Câmara fizera na alteração da proposta inicial. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, dizendo que a referência que a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva fizera fora bastante pertinente. Aludiu também às conversações que existiram entretanto com a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior e ao “esforço” por parte da Câmara em criar dois escalões não domésticos. -----

O Vereador, referiu-se também às sugestões por parte da Associação de Defesa do Consumidor, tendo as mesmas sido respeitadas a nível do conteúdo. Disse também que 65% a 75% dos consumidores irão continuar a pagar o mesmo ou até um pouco menos, porque uma das “ilegalidades” que estavam presentes no anterior Regulamento fora corrigida, ou seja, quem gastasse 21 metros cúbicos pagava tudo ao preço do quinto escalão. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que em relação ao saneamento, as tarifas não iriam sofrer qualquer tipo de alteração. -----

Concluiu dizendo que a sustentabilidade do sistema de Recursos Hídricos terá de ser avaliada, porque terão de ser efectuados vários investimentos a nível das redes de distribuição. -----

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro” e a Presidente e com a abstenção dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, nos termos da informação em apreço, aprovar o projecto de Regulamento Municipal do Serviço de Distribuição de Água do Município de Rio Maior, após o decurso do respectivo período de apreciação pública e consequente remessa do mesmo para aprovação da Assembleia Municipal. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de

voto oral: -----

“O Voto de abstenção justifica-se porque, em relação à altura em que o assunto foi apresentado e votamos contra, verificamos que houve uma preocupação da maioria em aceitar algumas sugestões que entretanto foram dadas. Verificamos que ainda hoje, de acordo com a informação dada pelo Sr. Vice-Presidente que não abandonaram a ideia e a sugestão por nós apresentada de renegociar com as Águas do Oeste e obviamente que não votamos a favor porque efectivamente, falta uma estratégia de exploração das águas que esperamos que um dia venha a ser adoptada pelo Município.” -----

A Presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DA FERRARIA – TERRENOS EM ÁREA AFECTA À RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN). -----

Foi presente à Câmara uma proposta do Vice-Presidente, datada de 17 de Dezembro de 2010, sobre Plano de Pormenor da Quinta da Ferraria – Terrenos em Área Afecta à Reserva Agrícola Nacional (RAN). -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio, a pedido da Presidente, tendo feito a apresentação do assunto e dando os necessários esclarecimentos acerca do mesmo, nomeadamente, sobre as diversas reuniões que se realizaram com as várias entidades intervenientes e qual seria a estratégia e as alternativas propostas pela Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão concluiu a sua intervenção dizendo que a “Quinta Pedagógica” existente na Quinta da Ferraria, feita na altura do Sr. Marcolino Nobre, antigo proprietário, estava a ser posta em causa pela Reserva Agrícola Nacional, porque as construções em madeira amovíveis colocam em causa a luz do sol, tendo a mesma sido autorizada e apoiada pelos Fundos Comunitários e que o equipamento referido irá passar a chamar-se Quinta Biológica. -----

A Presidente interveio, tendo lido a proposta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo que o projecto em causa deverá ser factor de união entre todos os riomaiorenses. Aludiu ao facto de todas as áreas que se encontram afectas à Reserva Agrícola não terem qualquer tipo de utilidade, porque as mesmas se encontram ao abandono, referindo-se ao significado do projecto em epígrafe para o concelho de Rio Maior e que a estratégia apresentada pelo Vice-Presidente da Câmara parece-lhe adequada e que poderá contar com o seu apoio. -----

A Câmara deliberou por unanimidade reconhecer o relevante interesse público municipal do empreendimento turístico que determinou a elaboração do Plano de Pormenor na área da Quinta da Ferraria, com a consequente proposta de exclusão da RAN, ou autorização para utilização, dos solos integrantes, designadamente aqueles que se referem à área de construção da infraestrutura rodoviária estruturante que permite a viabilização do projecto e do plano, e para a qual não existe alternativa viável, conforme proposta em anexo. -----
Mais deliberou remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para aprovação. -----

OBRAS E LOTEAMENTOS PARTICULARES

PROCESSO N.º 3/2009 – OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – DESERÇÃO DE PROCESSO – MARIA DO ROSÁRIO GONÇALVES CANTANTE MOTA FERNANDES PINTO. -----

Foi presente à Câmara o processo n.º 3/2009, sobre Operação de Loteamento – Deserção de Processo, em nome de Maria do Rosário Gonçalves Cantante Mota Fernandes Pinto. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face ao parecer supracitado, declarar deserto o presente processo, ao abrigo do artigo 111.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

PROTOCOLO ENTRE A CIMLT E OS MUNICÍPIOS SOBRE A COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Foi presente à Câmara uma informação do Departamento de Obras Municipais, Ambiente, Águas, Saneamento e Serviços Urbanos, datada de 15 de Abril de 2010, sobre Protocolo Entre a CIMLT e os Municípios sobre a Coordenação de Segurança em Obra. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o protocolo, assim como o pagamento à CIMLT referente às acções desenvolvidas em 2009, no âmbito da coordenação de segurança em obra no valor de 5.755,62€. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Acta nº 25/2010, datada de 10 de Dezembro de 2010.

A Câmara deliberou por maioria aprovar a presente acta, com as abstenções dos Vereadores, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, por não se encontrarem presentes na reunião a que a mesma diz respeito. -----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA. -----

1. O munícipe, João Narciso Verde da Costa, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio, começando por se referir a uma obra que os serviços da Câmara efectuaram na estrada principal de Vale de Óbidos, nomeadamente, no que se refere à colocação de alcatrão na zona envolvente à Rua Capitão Castelo, no local onde se situam os ecopontos, que por sua vez fará ligação à Rua da Catrina, que também se encontra por regularizar. Aludiu à questão de que normalmente os construtores terão que fazer o alcatroamento dos loteamentos por sua conta, conforme a lei em vigor e que no caso referido fora a Município a intervir, tendo referido que junto à zona regularizada encontra-se uma habitação de alguém que fora funcionário ou pessoa ligada ao Município. O munícipe disse também que situações análogas encontram-se por regularizar há alguns anos, dando como exemplo a zona envolvente do Bairro

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

Social de Vale de Óbidos. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que a regularização da situação apresentada fora feita com alguma ligeireza. -----

2. Continuando a sua intervenção o munícipe, congratulou-se com o facto de a Câmara ter conseguido que os proprietários procedessem à limpeza e corte das silvas, no denominado “Jardim Botânico” também em Vale de Óbidos. -----

3. O munícipe, também se referiu ao Sector de Educação, nomeadamente, ao abaixo-assinado feito em Vale de Óbidos, que ele próprio subscreveu, por solidariedade, no que respeita à situação da funcionária que se encontra na escola de Vale de Óbidos há dez anos e que terá o seu lugar em risco, reportando-se também às palavras da Vereadora, Dra. Sara Fragoso, quando a mesma referira que as situações apresentadas seriam decorrentes da lei. -----

4. Por último o munícipe congratulou-se com a aprovação do Orçamento para o ano de 2011, questionando qual seria o valor inscrito para a obra do Centro de Educação Especial “O Ninho”. -----

5. Concluiu a sua intervenção reportando-se à questão da Cimenteira, questionando quais seriam as orientações do Município, em relação à mesma, fazendo também referência ao Plano Director Municipal. -----

A Presidente interveio e em relação ao ponto n.º 3, pediu a compreensão das pessoas face à questão apresentada. Referiu ainda que a Câmara não despede pessoas e não colocava em causa a idoneidade do trabalhador, solicitando mais uma vez que não fossem dadas falsas informações sobre a situação em causa, porque a mesma decorre da lei em vigor. -----

No que respeita à última questão apresentada pelo munícipe, quando se reportou à mesma como sendo uma velha questão, a Presidente disse que existem outras situações mais antigas, dando como exemplo a construção do Hotel nas Marinhas do Sal que se arrasta há cerca de dez anos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio e em resposta ao munícipe no que

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010

respeita à primeira questão disse que iria averiguar a situação e que posteriormente daria resposta. -----

Em relação à questão n.º 4, o Vereador, Dr. Carlos Frazão disse que seriam quinze mil euros e que caso fosse necessário efectuar alguma alteração, a mesma seria feita, porque a Câmara estaria disponível para dar a sua contribuição, referindo-se a outras ajudas efectuadas anteriormente. -----

Concluiu a sua intervenção e em resposta à última questão apresentada pelo munícipe disse ter estado presente na sessão de esclarecimento efectuada pela empresa promotora do projecto, na qualidade de munícipe, tendo a mesma, informado que houvera um parecer desfavorável do Ministério do Ambiente, tendo a empresa recorrido da decisão. O Vereador disse que actualmente a Câmara se encontra a aguardar o desenvolvimento do processo, nomeadamente, que as várias entidades se pronunciem e que a Autarquia nunca tomara nenhuma deliberação sobre o assunto. Disse também que a Revisão do Plano Director Municipal seria para ficar concluída em Dezembro do ano de 2010, mas que só ficaria em finais do mês de Março de 2011. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram dezanove horas e quarenta minutos a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos. A presente acta vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi, conforme competências e atribuições ora cometidas. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____